

territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 6 • nºs 24 e 25 • jul./out. 2006

editorial

As consultas públicas feitas em agosto e setembro de 2006, com o intuito de definir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, levantaram dois pontos importantes.

Primeiro, deu-se evidência ao problema dos conflitos decorrentes da criação de unidades de conservação que se sobrepõem a territórios de comunidades tradicionais, situação que se multiplica por todo o país. Fica cada vez mais claro que o movimento das comunidades tradicionais deve se interessar também pela legislação e pelas tomadas de decisão sobre áreas de proteção. Este já se configura como um novo e atribulado campo de batalha, que coloca em campos opostos antigos aliados, como as comunidades tradicionais e os ambientalistas - quando estes assumem uma postura radicalmente contrária à ocupação humana. Esquecem-se de que a ocupação dessas comunidades contribuiu para a manutenção desses espaços preservados e que, no caso de risco real, a ação deveria ser de adequação, capacitação e educação, e não de exclusão. A exclusão simplesmente repete o padrão de tratamento autoritário de sempre atribuído a tais populações pobres.

Em segundo lugar, tais consultas resultaram mais uma vez em uma mesma resposta: não há como garantir a sustentabilidade desses povos sem resolver primeiro a situação das terras que eles ocupam ou reivindicam.

O governo Lula vive uma contradição com relação a isso. Tendo sido eleito pelos movimentos sociais, o governo busca gerar políticas públicas que respondam às suas demandas. Mas, por outro lado, a sua atuação encontra o mesmo limite que marcou todos os governos anteriores, menos ou nada populares: o governo Lula não consegue produzir uma reforma agrária ampla ou minimamente reconhecedora da diversidade rural brasileira.

No caso quilombola, Alcântara (MA), Ilha da Marambaia (RJ) e Sapê do Norte (ES) continuam figurando como exemplos da morosidade, ineficácia e, inclusive, intransigência com que parte do governo tem atuado, em contradição com seu discurso mais geral. De fato, é cada vez mais difícil prever o desfecho de cada uma dessas situações. Os "interesses militares" não apenas se fortalecem nos dois primeiros casos como se expandem sobre as negociações em torno do terceiro.

Neste número são destacadas ainda as situações de constante violência vividas pelas comunidades de São Francisco do Paraguaçu (BA), Porto Velho (SP), Lago Verde (PA) e Pontal dos Crioulos (SE), também sem perspectiva de serem resolvidas.

Com a proximidade do período eleitoral, no final do ano de 2006, como era de se esperar, o governo procurou dar maior repercussão ao andamento dos processos administrativos de regularização de territórios quilombolas. O Incra, por exemplo, fez alarde a cada conclusão de etapa intermediária do processo de regularização. Como poucas pessoas têm uma visão de conjunto do processo, tais anúncios confundiram mais que esclareceram a opinião pública e as próprias comunidades quilombolas, que já não sabem o que estão comemorando.



• NACIONAL

CONSULTAS PÚBLICAS

O governo federal realizou, nos meses de agosto e setembro, cinco consultas públicas para discutir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Os encontros foram resultado da parceria entre os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As consultas aconteceram em Curitiba (PR), Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Belém (PA) e Paulo Afonso (BA). O texto-base da política inclui doze pontos prioritários apontados pelos participantes do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, realizado em 2005. A regulamentação fundiária e a garantia de acesso aos recursos naturais estão entre esses pontos, assim como o fortalecimento da cidadania, com emissão de carteiras de identidade, registros de nascimento e outros documentos. A resolução de conflitos decorrentes da criação de unidades de conservação de proteção integral sobre territórios de povos tradicionais e a garantia de acesso às políticas públicas de inclusão social também são consideradas prioridades. O resultado das consultas será avaliado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa comissão é composta por 15 órgãos e instituições públicas federais, 15 instituições da sociedade civil e representantes de comunidades tradicionais.

Fonte: Site Ambiental Brasil

• NOS ESTADOS

PA

FAMÍLIA ASSASSINADA

Raimundo Muniz, sua esposa, Isaura Muniz, e seus filhos Tatiana e Tiago, quilombolas de Lago Verde, região localizada no município de Baião, Sul do Pará, foram executados em casa, no dia 20 de junho. A FCP está acompanhando as investigações que indicam que o crime teria ocorrido porque Raimundo não permitiu que extraíssem madeira de sua propriedade. Segundo a procuradora da FCP, Ana Maria Oliveira, a extração ilegal de madeira é uma prática muito comum na região.

Fonte: FCP
Assessoria jurídica da FCP:
Tel: (61) 3424-0109, 3424-0174, 3424-0163.

CRIAÇÃO DE FLORESTAS

Mais de 150 pessoas participaram, em agosto, na Câmara Municipal de Oriximiná, município localizado no Oeste do Pará, da segunda consulta pública para discutir a criação das Florestas Estaduais (Flotas) de Trombetas e Nhamundá (Mapuera). Estiveram presentes quilombolas, comunidades ribeirinhas, trabalhadores rurais e representantes da Universidade Federal do Pará. Durante o encontro, especialistas apresentaram detalhes da proposta do governo do estado para criar as reservas florestais. A principal dúvida dos participantes foi sobre a garantia dos direitos dos moradores das áreas e da preservação das comunidades quilombolas. Segundo o coordenador do programa de políticas públicas do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Roberto Palmieri, mesmo com a criação das florestas, comunidades como as dos quilombolas poderão permanecer no local. A área destinada à criação da Flota do Trombetas é de aproximadamente 3,3 milhões de hectares. Já a Flota Nhamundá (Mapuera) possui aproximadamente 700 mil hectares. A criação das florestas estaduais de produção está respaldada na lei que aprovou o Macrozoneamento Ecológico-Econômico em 2005, e na lei de gestão de florestas públicas (11.284/06), sancionada em março deste ano pelo presidente da República.

Fonte: Site do Governo do Pará

Imaflora
Tel: (19) 3414-4015
Endereço: Estrada Chico Mendes 185, Piracaba (SP). Cx. postal 411. Cep: 13400-970. www.imaflora.org. imaflora@imaflora.org

MA

PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA



Jornal Pequeno

Governador inaugura Programa de Desenvolvimento

O governador do Maranhão José Reinaldo Tavares esteve, em julho, na cidade de Mirinzal, localizada no litoral do estado, para anunciar o Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão (Prodim), que contemplará três comunidades localizadas no município: Capinzal, Aranha e Gurutil. De acordo com o plano integrado de

demandas, enviado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, o investimento de quase R$ 167.000,00 favorecerá mais de 198 famílias quilombolas, com a implantação de kits-sanitários, rede de distribuição de água (para 80 residências) e a construção de uma ponte.

Fonte: Jornal Pequeno

ALCÂNTARA REPUDIA TRATAMENTO DE GOVERNO FEDERAL

No dia 12 de agosto dezenove associações de comunidades quilombolas, representantes de movimentos sociais e diversas organizações reuniram-se em Alcântara (MA) para discutir a situação dos quilombolas da região e a proposta da Agência Espacial Brasileira (AEB) para a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Como resultado do encontro os participantes produziram uma carta na qual denunciam agressões e atos de violência contra as comunidades por parte dos militares. De acordo com a carta, o documento que deveria apresentar a proposta de expansão do Centro de Lançamento é vago, por isso os quilombolas reivindicam que o governo federal torne públicos os projetos de ampliação do CLA. A carta é encerrada repudiando a *"forma desrespeitosa e antiética com que o Governo Federal (...) tem levado adiante a negociação [para a expansão do centro]"*.

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

PI

LEI ESTADUAL BENEFICIA QUILOMBOLAS

Em julho, a Assembléia Legislativa do Piauí aprovou e o governo do estado sancionou a Lei estadual nº 5.595 que agiliza o processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas que ocupam terras públicas. Com a sanção, técnicos do Incra iniciarão processos de regularização nos municípios de Santa Cruz dos Milagres e Campinas, priorizando as comunidades quilombolas localizadas em áreas estaduais. Segundo a Coordenação Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, existem cerca de 150 territórios quilombolas em todo o estado.

Fonte: MDA

SE

CONFLITO EM PONTAL DOS CRIOULOS

Foi publicado recentemente o Relatório Síntese dos Desrespeitos aos Direitos Humanos em Comunidades Quilombolas de Sergipe. Segundo o relatório, quatro comunidades do Pontal dos Crioulos (município de Amparo do São Francisco) vivem, desde 2002, em conflito permanente com os fazendeiros vizinhos, sendo ameaçados de morte e impedidos de utilizar as estradas. As comunidades também sofrem com a falta de alimentos desde que um dos fazendeiros drenou a Lagoa Natural dos Campinhos, fonte de peixes para os quilombolas. Diante disso, foi instaurado um processo administrativo para a demarcação da área da Lagoa e cessão de uso para as comunidades quilombolas. As denúncias apresentadas no Relatório foram encaminhadas ao MPF e à Procuradoria da República em Sergipe.

Fonte: Site da Biodiversidad en América Latina

ARCA DAS LETRAS

Por meio do Programa Arca das Letras, o MDA instalou, no final de agosto, 40 bibliotecas rurais em comunidades de 25 municípios da área rural de Sergipe, entre elas Mussuca (município de Laranjeiras), a 23 quilômetros de Aracaju. Além das inaugurações foram capacitados 80 agentes voluntários de leitura de comunidades rurais, responsáveis pelo empréstimo dos livros e pelo incentivo à leitura.

Fonte: MDA

Arca das Letras

Tel: (61) 2191-9765 e (61) 2191-9704 Fax: (61) 2107-000
End.: SBN, Q. 1, Ed. Palácio do Desenvolvimento, 10° andar, sala 1009 - Brasília - DF - CEP: 70057-900
e-mail: arcadasletras@mda.gov.br
www.creditofundiario.org.br

ES

REPÚDIO À PROPAGANDA DA ARACRUZ

Quilombolas, indígenas e pequenos agricultores do Espírito Santo produziram uma nota de repúdio à propaganda da Aracruz Celulose veiculada nos intervalos das transmissões dos jogos da Copa do Mundo, em junho desse ano. A nota foi enviada às sete personalidades que participaram do comercial, como o ministro Gilberto Gil, que cedeu os direitos de sua música "Balé de Berlim". Segundo lideranças do movimento quilombola, a propaganda é enganosa e esconde as agressões que a empresa pratica contra comunidades tradicionais e o meio-ambiente.

Fonte: Jornal Brasil de Fato

LINHARINHO REIVINDICA DIREITOS

No dia 29 de julho, 300 quilombolas do Sapê do Norte ocuparam um antigo cemitério quilombola localizado na Comunidade de Linharinho



Apoena

Comunidade de Linharinho (ES)

(município de Conceição da Barra). A ação foi realizada para pressionar o Incra a titular o território de Linharinho, correspondente a 9.542,57 hectares. O órgão já publicou no Diário Oficial o relatório técnico sobre o território, mas a empresa Aracruz Celulose contestou o documento. Segundo Domingos Firmiano dos Santos, integrante da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, com a chegada da Aracruz na região, nos anos 70, a maioria dos quilombolas foi expulsa de suas terras; matas foram destruídas para plantação dos eucaliptais; e rios e córregos foram poluídos com agrotóxicos usados pela empresa. A ocupação do cemitério contou com o apoio da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, do Movimento dos sem-terra, do Movimento dos Pequenos Agricultores, do Movimento de Direitos Humanos, de indígenas Tupinikim e Guarani, e de estudantes.

Fonte: Rede Alerta Contra o Deserto Verde e Século Diário

RJ

MARAMBAIA 1: REPERCUSSÃO DO CASO

A *Campanha Marambaia Livre!* pela titulação das terras da comunidade da Ilha da Marambaia e pelo respeito aos seus direitos fundamentais obteve destaque em diversos veículos de comunicação como jornais, revistas e sites de todo o Brasil e até de países da América Latina. Veja abaixo quais veículos noticiaram a Campanha nos meses de julho e agosto:

A *Campanha Marambaia Livre!* foi notícia em:
O Globo, Folha de São Paulo, Correio Braziliense, Jornal do Brasil Online, Jornal Atual, site da Organização Internacional doTrabalho (OIT), site da Rede Justiça Ambiental, revista Consultor Jurídico, Agência de notícias Adital, site do Instituto Sociambiental, Agência Brasil, site da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), site do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai).

Campanha Marambaia Livre!: oq@koinonia.org.br / (21) 2224-6713

MARAMBAIA 2: MINISTÉRIO PÚBLICO VISITA A COMUNIDADE

Em julho o Procurador do MPF de Angra dos Reis , André Vasconcellos Dias, visitou a Ilha da Marambaia para conhecer a realidade da comunidade, que sofre com problemas de ausência e precariedade de serviços básicos, como luz, saneamento, atendimento de saúde, educação e transporte. Durante a visita, Dr. Vasconcellos afirmou que convocaria reuniões entre a Marinha e outros órgãos do governo, como a prefeitura de Mangaratiba, para agilizar a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da comunidade.

Fonte: OQ/KOINONIA


Danielle de Lima

Procurador da República e quilombolas percorrem a Marambaia


Rosa Peralta

Audiência pública em Caveira Botafogo (RJ)

CAVEIRA BOTAFOGO DEBATE DEMARCAÇÃO

O Incra e o Ministério Público Federal realizaram no dia 30 de agosto uma audiência pública para debater a delimitação territorial da comunidade remanescente do quilombo Caveira Botafogo, referente a 720.73 hectares, também ocupados por fazendeiros. Caveira Botafogo fica no município de São Pedro da Aldeia, na divisa com Cabo Frio. O encontro teve a participação de representantes do ITERJ, da FCP e de movimentos ligados à causa quilombola. A comunidade de Caveira Botafogo sofre diversos problemas como extração ilegal de areia, intenso processo de urbanização e especulação imobiliária.

Fonte: Agência Brasil Radiobrás

JUSTIÇA BENEFICIA SACOPÃ

A partir de agosto, por decisão judicial, a Superintendência do Incra passou a prestar assistência processual ao quilombo urbano Sacopã, localizado no bairro da Lagoa, cidade do Rio de Janeiro. Com a mudança, o processo de regularização fundiária de Sacopã passou a tramitar na Justiça Federal. Assim, as liminares favoráveis à imobiliária que move ações de reintegração de posse, no âmbito estadual, contra a comunidade serão anuladas.

Fonte: OQ/KOINONIA

ALTO DA SERRA VISITA CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

Representantes da comunidade de Alto da Serra (município de Rio Claro) visitaram, em agosto, o quilombo de Campinho da Independência (município de Paraty), única comunidade quilombola titulada no estado do Rio de Janeiro. A visita aconteceu para que os quilombolas de Alto da Serra conhecessem o sistema agroflorestal implementado na comunidade; e o Projeto Ponto de Cultura, realizado com recursos do Ministério da Cultura e pelo qual são promovidas oficinas de jongo, cerâmica, capoeira, cestaria, percussão e confecção de tambores. Segundo Débora Leite, de Alto da Serra, as mulheres da sua comunidade têm grande expectativa com a implementação dos projetos de artesanato que a comunidade está elaborando, já que não encontram emprego ou meios de geração de renda. A visita e os projetos que a comunidade de Alto da Serra está desenvolvendo são parte do Projeto Piloto Etnodesenvolvimento Quilombola, realizado por KOINONIA com recursos do MDA.

Fonte: OQ/KOINONIA



Rosa Peralta

Alto da Serra visita Campinho da Independência

SP

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Aconteceu em agosto, no município de Registro, a 1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira. Trezentas pessoas representando os 32 municípios do Vale, localizado nos estados de São Paulo e Paraná, participaram do evento. Foi uma oportunidade para que quilombolas, indígenas, ribeirinhos, repre-sentantes de sindicatos e associações se reunissem com autoridades governamentais. Durante a conferência foram apresentados 16 projetos socioambientais aprovados pela Comissão de Avaliação do Projeto Vale do Ribeira Sustentável. As informações obtidas durante a conferência serão sistematizadas em um relatório que integrará as propostas do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira.



Portal da Mata Atlântica – Apiaí

1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira

Fonte: Site do Instituto Socioambiental

IDESC - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira, entidade responsável pelo Projeto Vale do Ribeira Sustentável.

Telefone: (13) 3822-2787
Endereço: Rua Presidente Getúlio Vargas, 564 - Sala 05 - Centro - CEP 11900-000 - Registro/SP

RS

AGRICULTURA NEGRA EM DEBATE



Quilombolas de 60 comunidades do estado reuniram-se em agosto, na cidade de Porto Alegre, para o Seminário Nacional de Agricultura Negra e Quilombola. O objetivo do encontro foi analisar os diversos modos quilombolas de fazer agricultura. Foram discutidos temas como: Sementes e religiosidade – cosmovisão africana; Agricultura negra no Brasil e no Rio Grande do Sul; História da agricultura negra; Populações tradicionais e a Organização Mundial do Comércio; O sistema em rede de circulação de mercadorias; O pioneirismo no cultivo de arroz no Brasil; Projeto Oriza Glabérrima – o arroz africano. O seminário foi promovido pela Federação das Comunidades Quilombolas do RS.

Fonte: Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul

• **NOS ESTADOS**

PA

VALE DO RIO DOCE E COMUNIDADE DE JAMBUAÇU

Um relatório do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia denunciou que a Companhia Vale do Rio Doce tem deixado em péssimas condições a ponte da estrada vicinal, conhecida como Transquilombola, que atravessa a comunidade de Jambuaçu, município de Paragominas. A ponte, chamada São Bernardino, e a estrada foram construídas pela companhia como parte das políticas compensatórias às intervenções que a empresa vem fazendo na comunidade com o Projeto Mina de Bauxita. As pontes estão danificadas principalmente por sustentarem a passagem de caminhões da companhia que transportam carga pesada. Com a interdição das pontes, os quilombolas ficam isolados em seus territórios.

Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

INCRA INDENIZA FAMÍLIAS REMOVIDAS DE ÁREA QUILOMBOLA

A Superintendência Regional do Incra em Belém começou a indenizar, em setembro, 18 famílias de trabalhadores rurais retiradas de terras que fazem parte das comunidades quilombolas Paca e Aningal, município de Viseu, e Bela Aurora, município de Cachoeira do Piriá, região nordeste do Pará. As famílias removidas foram assentadas no projeto de assentamento Cidapar III, localizado em Cachoeira do Piriá, onde contam com moradia e apoio financeiro para a produção, além de acesso a outros créditos de fomento à agricultura familiar.

Fonte: Portal ORM

MA

INCRA RECONHECE COMUNIDADES

No dia 27 de setembro, o Incra publicou uma portaria no Diário Oficial da União reconhecendo como área remanescente de quilombo os territórios das comunidades Santa Joana, localizada no município de Codó; Santa Maria dos Pinheiros e Ipiranga da Carmina, em Itapecuru-Mirim; e Aliança e Santa Joana, nos municípios de Mirinzal e Cururupu, na Baixada Maranhense. Com a medida, o Incra poderá incluir as 355 famílias das comunidades nos programas voltados para os quilombolas.

Fonte: Jornal Pequeno

Comunidades que receberam título de terra no VIII Encontro Estadual de Quilombos do Maranhão

Comunidade	*Município*
Jamary dos Pretos	Turiaçu
Juçaral/Sta. Helena	Itapecuru-Mirim
Cipó dos Cambrais	São João dos Sótar
São Sebastião dos Pretos	Bacabal
Olho D'água do Raposo	Caxias
Altamira	Pinheiro
Usina Velha	Caxias
Agrical II	Bacabeira
Santo Inácio	Pedro do Rosário
Lago Grande	Piritoró

VIII ENCONTRO ESTADUAL DE COMUNIDADES NEGRAS QUILOMBOLAS



Blogger Encontro Quilombola

Entre os dias 24 e 26 de setembro o município de Itapecuru-Mirim recebeu mais de 1.200 pessoas para o VIII Encontro Estadual das Comunidades Negras Quilombolas do Maranhão, realizado a cada três anos. Essa edição teve como tema principal "Território, Gênero e Legislação Brasileira". O encontro contou com a participação de mais de 308 comunidades quilombolas de 26 municípios maranhenses, além de autoridades como a Ministra Matilde Ribeiro, da Seppir, e o governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares. Durante o evento, as comunidades garantiram que o governador reafirmasse o compromisso de investir na implantação do Centro de Referência Quilombola do Maranhão. José Reinaldo aproveitou a oportunidade para entregar Títulos de Reconhecimento de Domínio para comunidades presentes. Na mesma ocasião foi reeleita a diretoria da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq).

Fonte: Jornal Pequeno, Badaueonline

RESPOSTA DO GOVERNO FEDERAL AOS QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA

O Subgrupo de trabalho que trata da questão da expansão da

Base Aérea de Alcântara publicou em 5 de setembro uma carta resposta à "Carta de Alcântara", de 12 de agosto, na qual quilombolas da região criticam o tratamento de órgãos do governo às comunidades. Os quilombolas afirmaram que a proposta de expansão do Centro de Lançamento apresentada a eles é vaga, o que impossibilita a negociação. Para o governo, a proposta foi a mais detalhada possível. Segundo a carta resposta, após a divulgação da proposta o subgrupo esteve disponível para responder todas as dúvidas, o que foi dispensado pelas lideranças. O subgrupo afirmou ainda que aqueles que estão plantando na área da base estão sendo encaminhados para delegacias porque estão praticando atos ilegais. Apesar disso, no final de setembro, o juiz José Carlos do Vale Madeira, da 5a. Vara Federal do Maranhão, concedeu liminar em mandado de segurança determinando que o diretor-geral do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) não impeça que um grupo de 47 quilombolas colha ou faça roça em suas áreas tradicionais. O território de Alcântara tem 114 mil hectares onde vivem 153 comunidades. Quase 80% da população vive na zona rural da pesca, da agricultura e do extrativismo praticados de forma artesanal e tradicional.

Fonte: MDA e O Estado do Maranhão

AL

TABACARIA EM BUSCA DE DIREITOS

Os Quilombolas de Tabacaria, comunidade localizada no município de Palmeira dos Índios, disputam a posse das terras que ocupam com uma empresa pernambucana do setor agropecuário, que entrou em março desse ano com uma liminar de reintegração de posse contra a comunidade. Na mobilização contra sua expulsão da área, os quilombolas tiveram uma audiência, no dia 20 de setembro, com um Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas. Nela o juiz recolheu depoimentos sobre o processo de regularização fundiária da comunidade que ainda não conta com estudos técnicos do Incra sobre sua condição de remanescente de quilombo.



Site Gazeta Web

Quilombolas de Tabacaria (AL)

Fonte: Tribuna de Alagoas on-line

MT

CINEMA EM MATA CAVALO

O Projeto Cinema Circulante Fase II, promovido pela Associação dos Profissionais de Cinema e Outras Tecnologias (AMAV/ABD-MT), realizou, pela segunda vez, uma exibição de cinema na comunidade de Mata Cavalo, município de Nossa Senhora do Livramento. O filme - "O Vendedor de Lingüiça" de 1962 - foi exibido em setembro na escola municipal Rosa Domingas e a sessão foi gratuita. O objetivo do projeto Cinema Circulante, que recebe apoio da Secretaria de Estado de Cultura, é ampliar o acesso ao cinema por parte de moradores de comunidades rurais ou mais afastadas dos centros urbanos de Mato Grosso.

Fonte: 24 Horas News

Projeto Cinema Circulante - AMAV/ABD-MT

Av. Rubens Mendonça, 1856 sl. 901.
BOSQUE DA SAÚDE
CUIABÁ – MT CEP 78050-975
Tel/FAX: (65) 3642-1863
www.amav.org.br / e-mail:
amavabd@yahoo.com.br

GO

PRIORIDADE DE KALUNGAS É TERRA

Nenhum projeto é mais importante que a regularização fundiária. Essa foi a conclusão dos quilombolas que participaram da oficina 'Kalunga – Memória e Ação,' realizada de 21 a 23 de setembro em Alto Paraíso. O evento, promovido pelo Instituto de Apoio Técnico aos Países de Terceiro Mundo com o apoio de órgãos do governo como a FCP e a Seppir, reuniu 38 pessoas. O objetivo foi avaliar as ações do governo nas comunidades que formam o território Kalunga e identificar a reivindicação prioritária dos quilombolas. No final da oficina, os quilombolas elaboraram uma carta na qual solicitam uma audiência com o presidente do Incra. Trinta comunidades quilombolas formam o território Kalunga, localizado em três cidades do norte de Goiás: Monte Alegre, Teresina de Goiás e Cavalcante.

Fonte: Fundação Cultural Palmares



Marília Matias (FCP)

Oficina Kalunga – Memória e Ação

BA

PAU D'ARCO E PARATECA TITULADO

Uma parte do território de Pau D'arco e Parateca, município de Malhada, a 900 km de Salvador, recebeu o título definitivo no dia 25 de setembro. Este é primeiro território quilombola titulado na Bahia. O título, entregue à Associação Agro-Extrativista das comunidades Pau D'arco Parateca, corresponde a 7.801,44 hectares. No total, a comunidade tem 41.780 hectares onde vivem 423 famílias. Segundo Donizete Moreira da Silva, presidente da Associação das comunidades, "receber a titulação é resultado de uma luta de 13 anos que a gente vem enfrentando contra os fazendeiros que se dizem donos das terras. Mas nós vamos continuar lutando pela titulação do resto para poder criar e educar os nossos filhos".

Fonte: A Tarde



Ministério do Planejamento

Comunidade de Pau D'arco e Parateca

SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU EM PERIGO

Desde julho a comunidade de São Francisco do Paraguaçu, município de Cachoeira, região do Recôncavo baiano, vem denunciando as ameaças de morte, agressões verbais, seqüestros de animais e destruição de lavouras praticados por uma fazendeira vizinha. Os quilombolas também são impedidos de terem acesso às terras, matas e mangues tradicionalmente ocupados por eles. A fazendeira, que nega as acusações, entrou em julho com um pedido de reintegração de posse das terras ocupadas pela comunidade. No final de outubro, o Incra começou os trabalhos de reconhecimento do território quilombola de São Francisco, declarando-a sua prioridade na Bahia.

Fonte: Associação dos Remanescentes do Quilombo São Francisco do Paraguaçu – Boqueirão, Instituto Socioambientel e MDA

MG

BREJO DOS CRIOULOS OCUPA FAZENDA

Cerca de setenta famílias da comunidade de Brejo dos Crioulos ocuparam em outubro uma fazenda em Verdelândia, no norte do estado. Segundo os quilombolas a fazenda está localizada no território tradicional da comunidade. O Incra informou que a fazenda é improdutiva e que será desapropriada.

Fonte: Portal de notícias G1, ISA e Cedefes

RETOMADA DE TERRITÓRIO TRADICIONAL

No dia 30 de setembro 120 famílias quilombolas de Lapinha, comunidade localizada no município de Matias Cardoso, ocuparam a sede da fazenda Fareval - Fazendas Reunidas do Vale do São Francisco Ltda. Segundo a Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, as terras ocupadas fazem parte do território tradicional dos quilombolas daquela região.

Fonte: Cedefes

ES

QUILOMBOLAS DA REGIÃO DO SAPÊ DO NORTE EM CONFLITO PERMANENTE COM A ARACRUZ

Um estudo da Universidade Federal do ES, encomendado pelo Incra e concluído esse ano, afirmou que as comunidades quilombolas da região do Sapê do Norte, localizada no Norte do estado, têm direito a 50 mil hectares de terras da região. Esse território hoje é ocupado por eucaliptais da empresa Aracruz Celulose, que é acusada de expropriar as terras dos quilombolas ao longo de quarenta anos. Além de ocupar o território quilombola, a Aracruz prejudica de diversas formas a sobrevivência dessas comunidades e cria obstáculos para a luta pela garantia dos direitos dos quilombolas.

Conselho de Defesa Nacional ouve quilombolas

Membros do Conselho de Defesa Nacional reuniram-se no dia 26 de setembro com quilombolas da região do Sapê do Norte na comunidade de Linharinho, município de Conceição da Barra. Os quilombolas denunciaram ao Conselho diversos crimes cometidos pela Aracruz Celulose contra as comunidades negras do norte capixaba. A empresa foi acusada de contaminar rios e causar doenças pelo uso de agrotóxicos nas plantações de eucalipto. Além disso, os quilombolas apontaram a reivindicação mais importante



para as comunidades da região: a titulação do território quilombola. De acordo com os conselheiros, a justificativa da visita era examinar o pedido dos quilombolas para titulação de parte da região. Estavam presentes na reunião lideranças de várias comunidades do Sapê do Norte, membros da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas (Conaq), representantes do Gabinete de Segurança Institucional e da Agência Brasileira de Inteligência, do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da Câmara dos Deputados, do Incra nacional e da Superintendência no Espírito Santo.

Quilombolas multados

As carvoarias de quilombolas do norte do Espírito Santo estão sendo multadas pela Prefeitura de Conceição da Barra. A denúncia foi feita no início de setembro por Domingos Firmiano dos Santos, um dos quilombolas da região, para o site Século Diário. Segundo Domingos Firmiano dos Santos, representante do movimento quilombola, a polícia ambiental alega que os proprietários das carvoarias não têm escritura das terras, nem registro dos fornos. "A Fundação Palmares já declarou que isso não pode acontecer, o registro das terras quilombolas é coletivo e não individual como cobra a Polícia Ambiental e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal. Por isso as carvoarias não necessitam de registro", ressaltou Domingos. Produzir carvão é umas das poucas atividades que restaram às comunidades negras rurais ilhadas nas plantações de eucalipto. A atividade só pode ser retomada a partir de 2003, depois da luta quilombola para ter acesso aos resíduos do corte do eucalipto, atividade que antes era terceirizada pela Aracruz Celulose.



JM Arruti

Conceição da Barra (ES)

Iphan ***protegerá cemitério no Sapê do Norte***

O procurador da República André Pimentel Filho recomendou em 21 de agosto que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) proteja um cemitério quilombola, localizado no território de Linharinho, em Conceição da Barra. O procurador fez uma recomendação oficial de caráter preventivo, para que se evite responsabilização do Instituto por não proteger um patrimônio cultural do estado. Com a intervenção do Iphan os quilombolas poderão voltar a realizar cultos afros no local. A região onde se encontra o cemitério é utilizada para plantações de eucalipto da Aracruz. Essa área faz parte dos 50 mil hectares que a empresa é acusada de expropriar dos quilombolas.

Fonte: Século Diário e Site Século Diário

RJ

MARAMBAIA 1: LULA RECEBE DOSSIÊ

Durante um comício que reuniu cerca de 12 mil pessoas em Duque de Caxias, no dia 11 de outubro, quilombolas da Ilha da Marambaia e representantes da Acquilerj entregaram um dossiê ao Presidente Lula. O dossiê é um relato resumido do histórico da população quilombola da Ilha da Marambaia, do conflito instaurado com a chegada da Marinha à região e da atual situação envolvendo diversas esferas do governo. Segundo Bertolino Lima, da Acquilerj, Lula chegou a folhear o documento e fez um gesto para os quilombolas de que estava ciente da situação. "Agora ele não vai poder dizer que não ouviu falar em nós", comentou Bertolino. Em agosto membros da comunidade se encontraram com a Ministra da Seppir,



Manoela Vianna

Membros da comunidade da Marambaia se encontraram com a Ministra da Seppir, Matilde Ribeiro

Matilde Ribeiro. Na ocasião foi lida e entregue à ministra uma carta em que os quilombolas declaravam esperar da parte dela um posicionamento público em favor da publicação do Relatório Técnico do Incra sobre o território da comunidade.

Matilde protocolou o recebimento da carta e se comprometeu a levar aos outros órgãos envolvidos, além de respondê-la em até cinco dias. No entanto, até o fechamento dessa edição os quilombolas não tinham recebido resposta.

Fonte: OQ/KOINONIA



JM Arruti

MARAMBAIA 2: QUILOMBOLAS PROCESSAM INCRA

A comunidade remanescente de quilombo da Ilha da Marambaia está processando o Incra devido à decisão do órgão de revogar, no dia 15 de agosto, a portaria publicada no Diário Oficial que reconhecia o território quilombola da Ilha. A Associação dos Remanescentes de Quilombo (Arqimar) entrou com um mandado de segurança coletivo no dia 30 de outubro, na Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. O mandado de segurança busca proteger o direito fundamental dos quilombolas, garantido pela Constituição, em relação ao processo de reconhecimento, demarcação e titulação de seu território. A revogação da portaria foi arbitrária, pois não houve justificativa legal, conforme determina a justiça brasileira. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a anulação de ações de órgãos públicos, como publicações em Diários Oficiais, só pode existir caso haja algo que torne os atos ilegais.

Fonte: KOINONIA/OQ

MARAMBAIA 3: FUNCIONÁRIOS DA MARINHA DESTROEM ROÇA

No dia 31 de agosto, moradores da Ilha da Marambaia, localizada em Mangaratiba (RJ), presenciaram dois funcionários civis da Marinha atearem fogo ao mato do caminho que leva à Praia do Sino. Segundo os ilhéus, eles também invadiram e destruíram roças de mandioca, colheram milho e cana e em seguida voltaram ao quartel. O Comando Militar da Marinha abriu uma sindicância e chamou os quilombolas que denunciaram os atos dos funcionários para prestarem depoimento, o que foi feito sem a presença de advogados.

Fonte: OQ/KOINONIA

COMUNIDADES SE REÚNEM EM SACOPÃ

Cerca de 40 quilombolas do Estado do Rio de Janeiro reuniram-se entre os dias 6 e 7 de setembro no quilombo urbano de Sacopã, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Os quilombolas discutiram, entre outros assuntos, os problemas enfrentados pelas comunidades e como melhorar a articulação entre os membros da Acquilerj. Entre as comunidades representadas estavam Campinho da Independência (Paraty), Bracuí (Angra dos Reis), Rasa (Búzios), Alto da Serra (Rio Claro), Marambaia (Mangaratiba), Santana (Quatis), Sacopã (Rio de Janeiro) e Lagoa Feia (Campos dos Goytacazes). Representantes do governo, como Bernadete Lopes, Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro da FCP também estiveram presentes. O evento foi encerrado com a participação dos quilombolas na marcha do Grito dos Excluídos, realizada no dia 7 de setembro, após o desfile oficial de comemoração da Independência.

Fonte: OQ/KOINONIA

SP

CAÇANDOCA TEM PARTE DAS TERRAS TITULADAS

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou no dia 17 de setembro o decreto que declara área de interesse social o imóvel Maranduba, município de Ubatuba, litoral paulista. O imóvel de 210 hectares faz parte do território quilombola da comunidade de Caçandoca. Com o decreto presidencial o Incra desapropriou essas terras e as titulou em nome da comunidade. Esta foi a primeira desapropriação por interesse público que beneficiou uma comunidade remanescente de quilombo. O território de Caçandoca tem no total, 890 hectares e abriga 53 famílias. A comunidade de Caçandoca obteve outra vitória no mês de setembro: a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) de São Paulo



Portal Afro

Cozinha do centro comunitário da Comunidade de Caçandoca (SP)

declarou que pertence a comunidade 35.186 hectares que correspondiam a terras de marinha. A área de Caçandoca é alvo de especulação imobiliária desde a década de 1970.

Fonte:Agência Brasil, Seppir e FCP

PORTO VELHO AMEAÇADA

A comunidade quilombola de Porto Velho, município de Iporanga está sofrendo ameaças, agressões e teve parte de suas terras desmatadas. Os quilombolas acusam um fazendeiro de ser o autor dos crimes. A associação do quilombo chegou a registrar um Boletim de Ocorrência na delegacia de Iporanga sobre as ameaças contra um dos líderes da comunidade. O fazendeiro reivindica terras que fazem parte do território já reconhecido como quilombola.

Fonte: Instituto Socioambiental

IVAPORUNDUVA CONQUISTA NOVOS MERCADOS

No dia 3 de julho a Associação Quilombo de Ivaporunduva, acompanhada pelos técnicos ISA e assessorados pelo Itesp, participou pela primeira vez e ganhou uma disputa em licitações para fornecimento de frutas. A comunidade passou a ser uma das fornecedoras de frutas do município de Suzano, vencendo o pregão com a melhor proposta. Os quilombolas fornecerão 4.840 caixas de banana nanica (aproximadamente 97 toneladas), durante quatro meses, para merenda escolar das crianças de Suzano. O ISA afirma que *"a alternativa de comercialização da produção sem atravessadores possibilita que o lucro seja reinvestido pela associação local em estratégias de melhoria da produção"*, assim como *"coloca à prova o grau de organização da comunidade, porque as exigências legais e documentais devem ser rigorosamente seguidas"*.

Fonte: Instituto Socioambiental

RS

AVANÇOS NA REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Mais de 200 representantes quilombolas estiveram presentes em cerimônia realizada no dia 25 de outubro, na localidade de Palmas, município Cachoeira do Sul. O evento foi promovido para celebrar a conclusão de algumas etapas do processo de regularização de terras de seis áreas quilombolas do estado. A comunidade de Casca, município de Mostardas, recebeu cópia da Portaria de Reconhecimento de Território Quilombola, uma das últimas etapas antes da titulação da terra. Na ocasião, também foram assinados para publicação os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades de São Miguel e de Rincão dos Martimianos (Restinga Seca). Já as comunidades de Cambará (Cachoeira do Sul) e Manoel Barbosa (Gravataí) receberam os relatórios socioeconômico e sócio-histórico-antropológico; enquanto Morro Alto (Maquiné) teve concluído o relatório socioeconômico. O RTID é composto por sete peças, sendo os estudos sócio-histórico-antropológicos e socioeconômicos entregues na cerimônia apenas duas delas. Esses documentos foram produzidos pelo convênio entre o Incra e a Universidade Federal do Rio Grande de Sul (UFRGS). Estiveram presentes representantes da Federação das Associações Quilombolas do Rio Grande do Sul, Roberto Potácio; do MDA, ministro Guilherme Cassel; da Seppir, ministra Matilde Ribeiro; do Incra-RS, superintendente Mozar Artur Dietrich.

Fonte: **MDA, Agência Brasil**

OFICINA DE SANEAMENTO E EDUCAÇÃO PARA QUILOMBOLAS

O Núcleo de Educação em Saúde, juntamente com a Assessoria de Comunicação (Ascom) da Coordenação Regional do Rio Grande do Sul (Core-RS), desenvolveu entre os dias 5 e 7 de outubro a Oficina de Saneamento e Educação em Saúde para a comunidade quilombola de Cambará, em Cachoeira do Sul (RS).

A oficina faz parte da quarta ação de continuidade feita com os remanescentes de quilombos do município. Nesta edição, aproximadamente 70 pessoas participaram do evento que teve como tema os cursos profissionalizantes.

A oficina teve início com o responsável pelas atividades de cursos e capacitação do Senai-RS, Danilo Lindner, que falou sobre o curso de corte e costura e computação para a comunidade. Em seguida, a nutricionista da Cooperativa Técnica do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), Cristina Dias Araújo, desenvolveu atividades práticas sobre alimentação alternativa.

Na oportunidade, os quilombolas também puderam discutir a operação e a manutenção do Sistema de Abastecimento de Água instalado na comunidade e que passa por fase de teste.

Fonte: FUNASA

QUILOMBO DOS PALMARES

Localizado na serra da Barriga, sertão de Alagoas, Palmares foi a mais importante comunidade quilombola do Brasil. Sua formação ocorreu, provavelmente, no início do século XVII, quando um pequeno número de escravos fugiu de um engenho ao sul da capitania de Pernambuco. Embora seja objeto de inúmeros livros, a documentação sobre o quilombo é escassa. Há controvérsias sobre o número total de pessoas que viviam na comunidade, estimando-se que tenha oscilado entre seis mil e 20 mil pessoas.

Mesmo sem grande apoio documental, Palmares foi visto por muitos estudiosos como uma tentativa de construção de um verdadeiro Estado africano no Brasil. Acreditava-se que consistia num projeto de resistência e restauração da África, uma sociedade de caráter alternativo e igualitário, em contraponto à sociedade escravocrata. No entanto, essa argumentação deixa de lado os claros sinais de hierarquia que lá existia. Afinal, tudo nos leva a crer que a organização política dos quilombolas baseava-se em uma "monarquia eletiva". Além disso, essa versão histórica omitia a existência comum de escravidão nos quilombos. Tratava-se, portanto, de uma idealização de Palmares e da própria África, visto que os reinos africanos não só conheciam a escravidão como associavam-se aos europeus no tráfico atlântico.

A comunidade vivia da caça, pesca, agricultura, e chegou a comercializar esses gêneros em troca de armas e munições. Desenvolveu recursos artesanais, incluindo a metalurgia conhecida na África.

Palmares sempre foi considerado uma ameaça para os poderosos da capitania. Ao longo dos anos, transformou-se em uma fortaleza militar que desafiava o poder colonial constantemente. Após inúmeras expedições fracassadas e diversas batalhas, em 1677, o experiente capitão-mor Fernão Carrilho deu Palmares por destruído. Na verdade, o que fez foi prender muitos quilombolas, entre eles familiares de Ganga Zumba, na época, líder da comunidade.

Aproveitando essa situação, o governador Aires de Souza e Castro pressionou o rei do quilombo, que acabou selando um acordo de paz com as autoridades. Ganga Zumba obteve alforria para os nascidos em Palmares, a concessão de terras em Cucaú e a garantia de prosseguirem no comércio com os vizinhos.


Site www.capoeiramestrebimba.com.br

Esse acordo foi o grande divisor de águas na história de Palmares. Muitos quilombolas não o aceitaram, o que acabou provocando dissidências entre o grupo. Esses dissidentes envenenaram Ganga Zumba e uma nova liderança surgiu: Zumbi, que insistiu na guerra.

Os que aceitaram o acordo de paz foram para as terras de Cucaú e acabaram sendo reescravizados e distribuídos entre os senhores da região. O acordo, portanto, não passava de um golpe para desestabilizar o quilombo.

As expedições contra Palmares aumentavam cada vez mais e o novo líder Zumbi continuou lutando pela manutenção de seu território. Até que, em 1694, o massacre foi iniciado com a destruição de diversos mocambos, inclusive o quartel general de Palmares, o mocambo de Macaco. Em 1695, Zumbi foi morto pelos bandeirantes e sua cabeça enviada para o Recife como troféu pela destruição definitiva de Palmares.

No século XIX, a história do quilombo dos Palmares voltou a ser destaque e passou a ser estudada por abolicionistas como Joaquim Nabuco, que transformou Zumbi em herói da luta contra a escravidão, enquanto Ganga Zumba assumiu o papel de grande traidor da causa. Essa interpretação sugere que Palmares tinha como objetivo o fim da escravidão, o que não parece ter sido cogitado por Zumbi, antes motivado pelo receio de "traições" do governo colonial e pelas disputas com Ganga Zumba. De qualquer forma, o que supera todas essas interpretações é o fato de que o quilombo dos Palmares pôs em xeque a sociedade escravista do século XVII.

Daniela Yabeta
Graduanda em História - UFRJ

Fonte Bibliográfica:

REIS, J & GOMES, F. (orgs). **Liberdade por um fio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Colonial (1500 - 1808)**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000